

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATU-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A AVALIAÇÃO DO PROCESSO
DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO
DA GESTÃO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vanderléia Nunes Cardoso

**Tio Hugo, RS, Brasil
2011**

**A AVALIAÇÃO DO PROCESSO
DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO
DA GESTÃO ESCOLAR**

Vanderléia Nunes Cardoso

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização
Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Tio Hugo, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós Graduação a Distância
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A AVALIAÇÃO DO PROCESSO
DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO
DA GESTÃO ESCOLAR**

elaborado por
Vanderleia Nunes Cardoso

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Clarice Zientarski, Ms. (UFSM)

Izabel Cristina Uaska Hepp, Ms. (UFSM)

Tio Hugo, 16 de setembro de 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR

AUTORA: VANDERLEIA NUNES CARDOSO

ORIENTADORA: PROFa. Ms. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, 16 de setembro de 2011.

Esse trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre avaliação escolar no âmbito da aprendizagem do aluno e abordando a avaliação institucional como indispensável no processo de qualidade em educação. O estudo buscou entender as concepções de avaliação e analisar como uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Ibirapuitã/RS desenvolve suas atividades e métodos de avaliação do aluno e se prepara para participar das avaliações institucionais realizadas pelo governo. Desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa, elaborada com questionário para os pais, professor e diretor de uma turma de 5º ano do ensino fundamental, o presente trabalho analisou e embasou teoricamente os principais temas relacionados a educação partindo do pressuposto de que as instituições de ensino atuais seguem uma gestão democrática e desempenham suas atividades escolares a partir de decisões coletivas e comprometidas por parte de todos membros da comunidade escolar. Buscando analisar o processo de ensino-aprendizagem do aluno e tentando entender de que maneira a avaliação docente realizada na instituição escolar contribui para o desenvolvimento desse processo o que se obteve foi uma informação sobre a preocupação de se avaliar bem, valorizar o aluno, mas não se sabe bem o que e como fazer por parte dos docentes. Além disso, conhecendo a realidade local, o que se pode entender é que mesmo tentando participar da vida escolar do aluno, os pais, por uma questão cultural, observam ao longe os resultados, não sendo membros ativos desse processo.

Palavras-chave: Gestão democrática, Avaliação escolar, Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Distance Postgraduate Course
Lato-Sensu Specialization in Educational Management
Universidade Federal de Santa Maria

EVALUATION OF THE TEACH-LEARN PROCESS IN THE CONTEXT OF THE SCHOOL MANAGEMENT

Author: VANDERLEIA NUNES CARDOSO

Guiding Teacher: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Date and Place of Monograph Presentation: Tio Hugo, 16th September, 2011.

This work presents the results of a research about the school evaluation in the context of the student learning and approaching the institutional evaluation as imperative to the process of quality in education. The study sought to understand the concepts of evaluation and to analyze how a city school from Ibirapuitã/RS develops its activities and evaluation methods and prepares for participating in the institutional evaluations carried out by government. Developed through a qualitative research, planned with a questionnaire for the parents, the teacher and the principal of a primary school 5th grade class, this work analyzed and gave theoretical basis to the main themes related to education starting from the assumption that the present teaching institutions follow the democratic management and do their activities from decisions which are taken from all the collectivity and are compromised by all the members of the school community. Seeking to analyze the teaching-learning process of the students and trying to understand how the evaluation of teachers done in the institution contributes to the development of this process, it was obtained information about the concern of evaluating well, enriching the students, however, it is not completely known what the teachers can do and how they can act. Besides, when knowing the local reality what can be assimilated is that even trying to participate in the student's school life the parents, for a cultural matter, observe distantly the results as they are not active members of this process.

Key-words: Democratic Management; School Evaluation; Teach-Learn Process

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1.....	10
1 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR.....	10
1.1 A avaliação escolar: breves apontamentos históricos.....	10
1.2 A democratização da educação e sua repercussão no processo de avaliação escolar.....	19
1.3 A avaliação externa da instituição escolar e sua repercussão no processo de ensino-aprendizagem.....	21
CAPÍTULO 2.....	23
2 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DOS GESTORES ESCOLARES.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICES.....	35
Apêndice A - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 1.....	36
Apêndice B - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 2.....	38
Apêndice C - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 3.....	40
Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	42

INTRODUÇÃO

Falar em educação tem se tornado uma prática bastante comum entre cidadãos que na maioria das vezes não são gestores escolares. Mas até onde vai a real preocupação e comprometimento com o ensino-aprendizagem desses que a todo o momento citam, enaltecem e glorificam a educação?

Nos últimos anos, percebe-se uma grande preocupação do governo com a avaliação dos sistemas de ensino e da escola, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O Saeb é a primeira iniciativa brasileira em âmbito nacional, no sentido de conhecer mais profundamente nosso sistema educacional, o qual, através da prova Brasil, classifica a qualidade da educação de norte a sul do Brasil.

Por se pensar no aprendizado do aluno visando a sua cidadania, ou seja, fazendo com que o aluno seja um membro ativo da sociedade a qual esta inserido, o presente trabalho, de uma maneira investigativa, irá buscar respostas sobre o que se leva em conta no momento da avaliação do aprendizado escolar e de que forma o gestor escolar deve participar desse processo como membro da comunidade escolar e principal responsável pelo sucesso desses, pois será desta forma que os órgãos externos como, por exemplo, as Secretarias de Educação (municipal e estadual) e órgãos federais irão se referir no momento de avaliar a instituição.

Dessa maneira, o estudo teve como objetivo geral conhecer as maneiras de avaliar o processo de ensino-aprendizagem no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, localizada em Ibirapuitã/RS. Os objetivos específicos da pesquisa foram (a) conhecer de perto a realidade da escola em estudo, (b) entender como funciona o processo de avaliação vista pelo ângulo do professor, diretor, pais e alunos e (c) questionar sobre métodos de avaliação e buscar possíveis soluções para os problemas diagnosticados no contexto escolar no que se refere à avaliação.

Compreende-se que a avaliação docente varia de acordo com a realidade e a didática adotada por cada professor, de acordo com a situação estabelecida na entidade educacional, etc. Nóvoa (1995, p. 25), diz que os professores tem de reencontrar novos valores, que não reneguem as reminiscências mais positivas (e utópicas) do idealismo escolar, mas que permitam atribuir um sentido à acção presente. A partir daí, pode-se compará-las, observando quais delas priorizam e favorecem o progresso do aprendizado e conhecimento observando o papel fundamental do gestor diretor nesse processo, pois é dele que partem as metas, incentivos e aspirações da instituição, para sugerir ações em favor do aprendizado, pois “o

diretor deve assumir com responsabilidade e competência, outras atribuições, além de cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativa à organizações didática e disciplinar da escola” (SANTOS, 2002, p. 26).

Por se tratar de um assunto bastante relevante, essa pesquisa tematiza sobre a avaliação escolar e a ação do diretor da escola nesse processo e justifica-se por se tratar de um dos acontecimentos escolares mais complexos, pois se considera que ela projeta as ações internas e externas sobre educação as quais se baseiam na educação para concluir e analisar o processo de ensino aprendizagem.

Assim, se torna importante o ato de repensar sobre o que e como avaliar: se para medir e classificar ou para rever, reavaliar e corrigir possíveis dificuldades. E, com os olhares do diretor, o qual mantém na instituição um papel de principal avaliador, pois é ele que irá nortear as ações dos educandos e dos educadores e, através de uma gestão democrática, promover a avaliação como um complemento do aprendizado, para que essa se organize de tal forma a contemplar o aprendizado como um processo de transformação do aluno cidadão.

Por se tratar do diretor escolar o papel de observador e incentivador nas tomadas de decisões e no olhar crítico referente ao ensino, no trabalho em questão buscou-se a aproximação da prática da escola observada à da gestão democrática já que a educação busca nessa prática os suportes necessários para uma gestão de qualidade.

Quando está se falando em educação, é difícil falar em pesquisa sem direcionar o olhar ao concreto. Nesse contexto, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa amplia-se para reconhecer parcerias com os sujeitos envolvidos e concretiza-se, quando o pesquisador estabelece uma rede de comunicação e interpretação entre cenário da pesquisa, sujeitos com suas histórias, processos e ações desenvolvidas coletivamente. (BORBA, 1999, p. 41)

Isto é, estimula os participantes do estudo a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Além disso, mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

O estudo foi desenvolvido através de um estudo do caso, que trata de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procura-se compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores (COUTINHO, 2008, p. 4).

A pesquisa de campo no que diz respeito às possibilidades de uso, geralmente é realizada em uma unidade escolar específica, seja ela como um todo ou até mesmo uma única sala de aula em especial. Os participantes da pesquisa realizam um trabalho inicial de recolhimento de informações a fim de desenvolver a sua pesquisa a partir desses dados e com ações através de acontecimentos reais.

O presente estudo foi desenvolvido em uma turma de quinto ano da Escola Municipal Leonel de Moura Brizola, localizada no centro da cidade de Ibirapuitã/RS, a fim de refletir sobre avaliação do processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito ao papel de cada um dos gestores envolvidos.

Desse modo, a coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários ao professor titular da turma, ao diretor da escola e a cinco pais, escolhidos aleatoriamente.

Organizaram-se questões referentes ao processo avaliativo da escola em consonância com o do governo, já que o docente realiza a avaliação com os alunos para “medir” conhecimento comparado com o processo de avaliação da instituição, suas falhas, sua relevância e suas limitações.

Através do estudo feito sobre relação existe entre a gestão escolar, democratização da escola e avaliação do aprendizado analisou-se as questões a partir do questionário realizado com professor, diretor e pai de aluno comparando e interpretando as respostas de acordo com a análise do conteúdo. Em todas as questões respondidas buscou-se um embasamento teórico a fim de compreender essa relação.

O trabalho foi organizado em dois capítulos. O capítulo 1 aborda uma reflexão teórica acerca da avaliação escolar e do papel dos gestores escolares diante da avaliação escolar. O capítulo 2 apresenta e discute os dados obtidos no estudo a partir dos questionários. Depois desse levantamento de dados e informações partirá para a análise do resultado obtido no que diz respeito ao aprendizado, a partir de cada tipo de avaliação nessa etapa do trabalho surgirá inúmeros questionamentos sobre a metodologia de avaliação e é nesse ponto que a figura do gestor apresentará a significância, pois nesse aspecto, em que o diagnóstico deve ser interpretado e as possíveis correções organizadas, o gestor será questionado sobre as ações da comunidade escolar em prol do sucesso de aprendizado. Por fim, foi o momento de expor as considerações sobre o que é relevante no momento de avaliar. Nessa etapa buscou-se elencar procedimentos adequados ao processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, concluir com maneiras de avaliar coerentes com o contexto, sempre partindo do pressuposto da existência de uma gestão democrática escolar.

CAPÍTULO 1

1 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR

1.1 A avaliação escolar: breves apontamentos históricos

O questionamento existente no âmbito da avaliação escolar tanto no que diz respeito à avaliação do aprendizado dos alunos quanto ao processo de ensino-aprendizagem não é apenas mais uma das manias nacionais atuais, e sim uma realidade enfrentada no ambiente escolar, a qual transforma o processo de aprendizagem dos alunos incoerente, deixando a desejar na qualidade do ensino.

Há anos que se busca uma maneira de avaliar o conhecimento do aluno sem deixar que sua carga cultural e seus valores intrínsecos sejam valorizados. Isto é, as escolas que se dizem democráticas buscam avaliar o conhecimento do aluno de uma forma completa, a qual vai muito além de notas ou pareceres, justamente pelo fato de que, nos dias de hoje, além da avaliação interna do conhecimento adquirido pelos alunos para classificá-los em séries, módulos ou turnos, há ainda a classificação externa (provinha Brasil) por parte do governo, a fim de projetar as escolas em um ranking, no qual a classificação do desempenho de cada escola ultrapassa os limites do social e chega onde inquieta e provoca: ao econômico.

A avaliação que nós hoje conhecemos é uma "invenção" dos sistemas educativos modernos, isto é, implementados na maior parte dos casos durante este século, tendo como base e motivo uma escolaridade obrigatória para todos os cidadãos. Ao longo do tempo, tal como em outros domínios, as concepções de avaliação foram mudando e por vezes também as suas práticas. Todavia, cada nova concepção não substituiu a anterior, coexistia com a anterior, assim como as mudanças nas práticas ocorriam mais numa perspectiva de maior humanização da avaliação e das suas condições de realização, do que numa ruptura com práticas anteriores. A ausência de uma formação nesta área aliada às duas razões anteriormente avançadas contribuiu para a instalação da idéia de que "as coisas são como são, porque não podem ser de outra maneira. (PINTO, 1994, p. 1).

Assim, compreende-se ser necessário nesse trabalho realizar um breve histórico da evolução da avaliação até chegar aos métodos avaliativos de hoje em busca de uma forma para avaliar o todo sem deixar de valorizar o particular de cada ser inserido no processo de

avaliação.

A avaliação é mais antiga que a própria história, tradicionalmente perversa, classificatória e seletiva. A avaliação tradicional (Escola Nova e Tecnicismo) mantinha o foco do processo avaliativo no aluno, em que a avaliação era centrada no aluno, mensurando o que ele aprendia, armazenando fracassos, os quais eram considerados somente responsabilidade dele, que era excluído. Não se consideravam as diferentes formas dos alunos aprenderem. Para o professor tradicional, avaliar a aprendizagem seria o mesmo que medir a capacidade do sujeito em repetir com acerto e coerência as respostas adequadas ao ensino (ou estímulo) apresentado. O planejamento do ensino e a avaliação constituirão em estruturar as atividades didático-pedagógicas em determinadas condições e estabelecer critérios quantitativos que determinem o padrão de competência alcançado pelo educando, enquadrando-o numa escala de notas ou menções. Por esse caminho, chegou-se ao exagero tecnicista que caracterizou a pedagogia dos anos 70.

Quando se teve início o sistema de avaliação moderno, o que se avaliava não se distinguia apenas de uma nota, mas esse processo acarretou, dentro das instituições escolares, o surgimento de diversos impasses, tais como classificar os melhores alunos, ou ainda diagnosticar problemas e levantar intervenções pedagógicas sobre o resultado. Tudo isso era inviável com o método disponível de avaliação já que as notas não tornam a avaliação um processo concreto, mas, de certa forma, vulnerável.

Com todo esse impasse no sistema e notas apenas não dando conta da avaliação, Pinto (2004, p.1) cita Pierron que propõe, então, a utilização do método psicométrico para melhorar a fidelidade do processo de avaliação de notas. Esse fato conduziu a uma identificação dos métodos de avaliação com os de seleção, originando, dessa forma, uma contradição entre a avaliação e seus métodos e as finalidades educativas da escola, que, por sua vez, tem a função de promover o conhecimento do educando e não selecioná-lo e classificá-lo como melhor ou pior.

Havendo então a necessidade de buscar um método avaliativo que promovesse o aprendizado, foi aí que, por volta dos anos 50, surgiu a avaliação por congruência, a qual propõe uma nova concepção de avaliação assente na comparação dos desempenhos (observáveis) com os desempenhos esperados e já não sobre a simples classificação dos alunos. Esta concepção, que podemos qualificar de sistêmica, centrava a avaliação numa finalidade clara: atingir os objetivos educativos fixados previamente. A observação do comportamento dos alunos permitia introduzir procedimentos corretivos, de forma a tomar medidas, a partir do resultado da avaliação, para melhorar o aprendizado em si. Todavia a

construção e adequação destes procedimentos exigiam a existência de uma teoria psicológica válida sobre a aprendizagem humana, de modo a permitir interpretar os resultados e guiar a ação pedagógica, exigências estas a que o "behaviorismo" não conseguiu responder.

A partir da década de 60, com a Pedagogia Progressista, iniciou-se a compreensão de que os alunos aprendem em percursos diferentes e que se deve avaliar o que ele realmente aprende, sob todos os ângulos, respeitando a bagagem do aluno, entendendo que nem todos são iguais. Segundo Libâneo (2002), o termo progressista é tomado emprestado de Snyders e utilizado nesses estudos para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente às finalidades sociopolíticas da educação.

Desse modo, a falta de uma teoria com estas potencialidades levou a uma natureza fluida e a pouca consistência dos processos de remediação. E, essa busca incansável por esse tipo de teoria percorreu o universo pedagógico por muitos anos.

Por não se sustentar teoricamente, a avaliação congruente deu lugar ao que foi chamado de avaliação reveladora das dificuldades, a qual, por volta dos anos 70 surge, através de Jean Piaget, em contraponto à teoria Behaviorista, a abordagem cognitivista a qual descreve e permite perceber as etapas sucessivas de aquisição dos conhecimentos.

A partir dessa teoria, a qual o processo de aprendizado é representado na construção de conhecimento do aluno comparando e contrapondo o que é de seu conhecimento para o surgimento do novo, teoria essa que vê o erro, não mais como uma falha, mas como uma ferramenta em busca do aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, e, visivelmente, está presente no processo avaliativo atual, principalmente, no que diz respeito às instituições onde a gestão democrática prevalece, a teoria piagetiana, impulsiona a educação e o sistema de ensino significativamente no papel de promotora do aprendizado, usando da avaliação como método diagnóstico.

Em busca de uma avaliação a qual cumprisse o papel da escola que é de promover o aprendizado, surgiu a avaliação como uma interação social complexa, a qual prioriza o contexto da avaliação justificando que o mesmo processo pode interferir no processo de aprendizagem e ser, além de método avaliativo, conforme a elaboração, aplicação e condução, um formador e modificador de opinião já que, "o aluno não constitui uma entidade estática. O modo como é interrogado permite variações significativas das suas respostas. As questões que se lhe colocam conduzem-no por vezes a refletir e a evoluir durante a própria avaliação" (PINTO, 1994, p. 3).

Por fim, numa visão mais atual do método de avaliação, surge a avaliação como processo comunicativo o qual busca a avaliação formativa como um meio de comunicação e,

através desta, como um instrumento de formação essencial à aprendizagem dos alunos. Essa concepção permite tomar a avaliação, não como algo para medir uma aprendizagem já realizada, como se acreditava, mas como um instrumento orientador e guia da progressão do aluno. Assim, como se pode perceber, o processo de avaliação escolar está em constante modificação, justamente por se tratar de um instrumento aplicado ao educando, o qual está inserido em uma sociedade em constante evolução e mudanças de valores e prioridades.

Sendo parte de um processo, que exige de todos uma contribuição, a avaliação exige co-participação, exige comprometimento, auto-avaliação de todos que vivem esse processo, análise crítica das ações: que facilitam e orientam o replanejamento, a elaboração e desenvolvimento de projetos coletivos e, acima de tudo, o aprimoramento das relações escolares. (MACEDO, 2004, p. 3)

Como consequência da preocupação constante com a nota, o aluno estuda apenas para obter resultados convenientes, para “passar de ano”, o que pode torná-lo cada vez mais heterogêneo, mais dependente do professor, deixando de dar tudo de si. E, além disso, nem sempre a metodologia utilizada pelo professor nesse processo de “aprendizagem” recai sobre as avaliações externas, como por exemplo o Saeb que tem objetivo avaliar a qualidade da educação das escolas públicas através de provas de Matemática e Língua Portuguesa aplicadas a alunos durante o ano letivo, sendo que tanto o aluno como a escola poderão fracassar nesse processo avaliativo.

No caso em questão, utiliza-se a avaliação classificatória, comparada por Gandin (1987) àquela feita pelo agricultor que separa, ao final da colheita, as laranjas boas das ruins, referindo-se apenas ao passado, sem a possibilidade de um diagnóstico para melhorá-las. Levando-se em conta que tanto educando como educadores são seres pensantes, com suas histórias de vida e com direito de errar e de procurar acertar, por que não adotar na escola uma avaliação reflexiva e dialógica? Afinal de contas, não diz o ditado popular que “errar é humano”?

Nessa concepção, inscreve-se a abordagem humanista do processo ensino-aprendizagem que, considerando a preponderância do sujeito e da subjetividade humana sobre a realidade, coloca o aluno como “centro do processo”. Assim, se o sujeito já possui estruturas pré-formadas, o objetivo da ação pedagógica será o de oferecer condições para o crescimento integral e harmonioso do educando, no desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Nesse sentido, a ênfase não estará, portanto, nos conteúdos do ensino, nem somente nos aspectos cognitivos, mas também e, sobretudo, nas relações afetivas e no desenvolvimento psicomotor,

oportunizando condições para que as competências individuais se manifestem na sua plenitude.

Essas duas concepções, classificatória e humanista buscam formas metodológicas de conduzir o ensino centrado no aluno ou no processo de aprendizagem, seja para que a ação educativa “imprima” conhecimentos e classifique os indivíduos, seja para que os leve a desenvolverem competências específicas para atuação na estrutura social de classes. Nessa perspectiva, a ação educativa será sempre conservadora, mesmo que utilize técnicas, instrumentos e atividades inovadoras. A avaliação escolar, estando inserida num modelo teórico-conservador, será sempre autoritária uma vez que o autoritarismo é um ingrediente necessário para a conservação do modelo social.

Uma terceira concepção, contrapondo-se às posturas anteriores, entende o conhecimento não apenas como uma coleção de informações ou o desenvolvimento espontâneo de aspectos biopsicológicos, mas como uma estrutura organizada numa totalidade com coerência interna que permite a compreensão da informação. Dessa forma, o desenvolvimento de esquemas e estruturas mentais, dos quais resulta o conhecimento humano, ocorre na relação da informação externa com fatores de maturação biológica, de experiência física e de transmissão social. Não há, pois, predominância de um ou de outro aspecto. Também, o homem

[...] nasce completo biologicamente, mas inacabado social e culturalmente, daí a necessidade de interação constante com o meio para aperfeiçoar a sua evolução num contínuo processo de maturidade, do qual ele é o próprio sujeito, responsável de suas capacidades de percepção, associação, criatividade, questionamento e criticidade. (GIACOMINI, 1991, p. 4)

Assim, o conhecimento é entendido como um fato histórico e social que tem origem na ação transformadora que os homens exercem sobre a natureza, no processo de produção de sua existência. A mediação da ação humana é colocada como fundamental na construção do conhecimento, uma vez que a reflexão do homem sobre sua ação no mundo ou sobre a organização social articulada pelos seus modos de produção, que lhe possibilita formar idéias sobre a propriedade das coisas, explicar as causas dos fenômenos.

A partir desse paradigma conceitual, as relações pedagógicas e, em consequência, a prática avaliativa, assumem funções muito diferentes das duas anteriores, uma vez que, nesse caso, a opção teórica implica assumir uma postura político-filosófica que atribui ao ato educativo um papel de ação mediadora no seio das práticas sociais globais em que de fato, o

conhecimento se produz.

Tendo como referência os supostos teóricos abordados, percebe-se claramente que a avaliação escolar assume a função de um processo abrangente e polêmico. Raramente há unanimidade sobre alguns de seus aspectos. Na realidade, muitos tabus, mitos e preconceitos ainda cercam essa atividade, que envolve basicamente, julgamento e tomada de decisão que podem afetar positiva ou negativamente a vida de muitos estudantes.

Para um melhor entendimento desta questão, torna-se necessário refletir sobre a presença da avaliação no cotidiano. Tudo o que é feito está em função de metas anteriores, traçadas mediata ou imediatamente, essas mesmas ações do dia-a-dia passam pelo crivo do julgamento provisório, que dirá, de forma realística, o padrão de aceitabilidade de tais ações. Esse julgamento, se feito corretamente, fornecerá indicadores para o prosseguimento das atividades empreendidas. Por outro lado, a dimensão provisória desse julgamento revela a transitoriedade, a possibilidade de avanços no desempenho do homem. Dessa forma, o ato de julgar está presente em todas as situações da vida, seja ele explícito ou não.

Enfocando a questão da avaliação no processo de ensino-aprendizagem coerente com a afirmação acima, não tem um momento predeterminado para acontecer, ou seja, está presente em todos os instantes, envolvendo alunos e professores, numa relação que aborda os mais variados critérios: o desempenho individual e coletivo, a participação, a iniciativa, o próprio conhecimento, além das atitudes e habilidades, enfim, são enfocados aspectos formais e não formais.

Entretanto, levando-se em consideração aquilo que realmente acontece nas escolas, não há como negar que a avaliação é um dos grandes problemas que a escola possui e que precisa ser enfrentado para ser resolvido. Os maiores entraves referentes à avaliação e apontados por alguns professores são de exclusividade do aluno (por não estudar), dos pais (que só querem saber da “nota”), do sistema (porque existe uma estrutura burocrática de cobrança). No entanto, precisa-se refletir a problemática por outro ângulo devido a sua importância no contexto educacional.

Uma boa parte dos professores, provavelmente a maioria, baseia sua prática em prescrições pedagógicas que viraram senso comum, incorporadas quando de sua passagem pela escola ou transmitidas pelos colegas mais velhos, entretanto, essa prática contém pressupostos teóricos implícitos. Por outro lado, há professores interessados num trabalho docente mais conseqüente, professores capazes de perceber o sentido mais amplo de sua prática e de explicar suas convicções. Inclusive há aqueles que se apegam à última tendência pedagógica da moda, sem maiores cuidados em refletir se essa escolha trará, de fato, as

respostas que procuram.

Saviani (1984) escreveu com muita propriedade certas confusões que se emaranharam na cabeça de professores. Após caracterizar a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, indica o aparecimento, mais recente, da tendência tecnicista e das teorias crítico-reprodutivistas, todas incidindo sobre o professor.

Os professores têm na cabeça o movimento e os princípios da escola nova. A realidade, porém, não oferece aos professores condições para instaurar a escola nova, porque a realidade em que atuam é tradicional [...]. Mas o drama do professor não termina aí. A essa contradição se acrescenta uma outra: além de constatar que as condições concretas não correspondem à sua crença, o professor se vê pressionado pela pedagogia oficial que prega a racionalidade e a produtividade do sistema e do seu trabalho, isto é, ênfase nos meios (tecnicismo). [...]. Aí está o quadro contraditório em que se encontra o professor: rejeita o tecnicismo porque sente-se violentado pela ideologia oficial; não aceita a linha crítica porque não quer receber a denominação de agente repressor. (SAVIANI, 1984, p. 65)

Tem-se consciência de que um número considerável de professores revela-se equivocado quanto à definição de avaliação, confundindo-a com a tarefa quantitativa de verificar, de classificar. A forma de avaliar, a postura que o professor adota quer queira ou não é influenciada pela tendência pedagógica do momento. É preciso que o professor e a escola tenham consciência que com tantos estudos, tantas mudanças, as escolas com mais liberdade de tomar decisões próprias de acordo com a sua realidade, está na hora de concretamente e sem utopias começar a rever seriamente sua postura avaliativa: de uma tradicional, tecnicista, para uma democrática, libertadora.

A avaliação, de uma maneira geral, continua sendo vista pelo professor como instrumento de pressão, controle de comportamento dos alunos, usada para fazer valer sua condição de autoridade, ou seja, como um instrumento que se reveste de poder coercitivo e com a única missão: classificar numericamente os alunos atribuindo-lhes notas, segundo a quantidade de erros e acertos cometidos. Vê-se aí um instrumento de avaliação – às vezes uma única prova, usado em momentos estanques (geralmente ao final do trimestre ou unidade), sendo confundido como o processo em si.

Ainda, muitas vezes a avaliação que o professor faz de seus alunos reflete, em certa medida, a proximidade ou não que ele tem com a turma. Da mesma forma, observam-se os erros cometidos como a aplicação de castigos ou atribuição de prêmios aos alunos “[...] conforme estes se aproximem ou não de suas expectativas, de sua concepção do que seja correto, do seu sentido particular de verdade” (KENDI, apud CANDAU, 1989, p. 132).

Talvez este estado de coisas devesse merecer um estudo acurado e minucioso, porque, sem dúvida, na situação didático-pedagógica, o ato de avaliar não é um episódio tranquilo e com propósitos bem definidos, enfocando o que efetivamente representa este processo para o professor e o aluno. Na verdade, o caráter arbitrário que pode estar contido no processo de avaliar, dependendo do modo como o professor o maneja, pode chegar a extremos, promovendo imerecidamente o aluno ou punindo-o rigorosamente. Dessa forma, um professor pode, dentro de um determinado processo de avaliação, proceder uma mudança de critérios reduzindo o padrão de exigência, facilitar a aprovação de alguém: o inverso também pode ser feito, elevando-se demasiadamente o padrão de exigência com o propósito de reprovar.

Depois de elaborado, o professor reestuda o seu instrumento de avaliação e, por exemplo, pode julgá-lo muito fácil. Então, decide criar algumas dificuldades a mais, tendo em vista “pegar os alunos pelo pé”. Ou então, pensa: “aqueles alunos deram-me tanto trabalho nesta unidade. Vou apertá-los, para que aprendam a ser mais disciplinados”. E, assim, o professor vai tornando o seu teste difícil e, por vezes, até incompreensível, devido às artimanhas que inventa para “ver se os alunos são bons mesmo”. (LUCKESI, 1995, p.66-80)

Como exposto, tanto o processo de ensino como o da avaliação vêm mudando no decorrer dos tempos, conforme as tendências pedagógicas em curso. No ensino tradicional, o papel do professor era transmitir o conteúdo e dirigir a aprendizagem do aluno, dando ênfase a uma resposta certa para cada problema. O aluno, por sua vez, ia à escola para receber e assimilar os conteúdos e já recebia as informações prontas e organizadas. Seu único trabalho consistia em assimilar o que lhe estava sendo ensinado e devolver, quando solicitado, em forma de memorização.

Numa concepção mais progressista de educação, o papel principal do professor consiste em ajudar o aluno a aprender. O sucesso do professor é avaliado em termos do sucesso dos alunos. Se não houve aprendizagem, então não se ensinou e o professor tem que questionar e verificar onde está a falha, analisando todos os elementos do processo.

Na escola tradicional, a avaliação foi utilizada como “arma” do avaliador contra os avaliados. Estes eram punidos ou recompensados através da avaliação com função classificatória. Os professores pensavam que deviam avaliar com rigor, porque estavam preparando os educandos para enfrentar a competitividade que vão enfrentar na sociedade.

A qualificação da educação fica evidente quando transformações eficazes acontecem em sala de aula e não apenas no papel, através de políticas educacionais, leis e projetos, pois são os professores e os gestores dos sistemas educativos que implementam os projetos de

mudança.

A avaliação realizada na escola depende, em grande parte, das concepções dos educadores sobre educação. A ação avaliativa é complexa e envolve diversos fatores, pois, mesmo que os professores tenham a técnica, saibam teoricamente como avaliar, nem sempre eles têm a chave das diferentes interpretações, que pode ser atribuída a uma resposta, nem a objetividade necessária para analisar os resultados dos desempenhos dos alunos.

Assim, as mudanças devem ser consideradas necessárias por todos e ocorrer com todos os componentes do processo. Caso contrário, se não houver preocupação clara com essas questões e se a escola não é caracterizada pela multiplicidade de experiências, realidades, objetivos de vida, relações sociais, estruturas de poder, tradições históricas e vivências culturais diversas que plasmam no cotidiano escolar, não haverá mudanças e muito menos uma postura que leve a uma estrutura pedagógica dialógica e formativa, continuando a seleção, a classificação e a hierarquia de saberes e de pessoas, marcas de um processo extremamente tradicional. A avaliação escolar, nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos, desvalorizando saberes, fortalecendo a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência do conhecimento. A classificação das respostas em acertos e erros, ou satisfatórias ou insatisfatórias, se fundamenta nessa concepção de que saber e não saber são excludentes e na perspectiva da heterogeneidade real por uma homogeneidade idealizada.

Esta análise mostra a insuficiência da prática de avaliação instituída para responder à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de reconstrução do processo de avaliação como parte de um movimento articulado pelo compromisso com o desenvolvimento de uma prática pedagógica com a inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças, com a construção coletiva. Um movimento direcionado pela concepção de escola como território múltiplo, marcado pela diversidade de culturas e vozes. Esta transformação requer uma redefinição paradigmática.

Há um longo caminho a percorrer até alcançar uma profunda consciência que renove o modo de agir no processo de avaliar. Na verdade, a escola tradicional, ainda não chegou a aceitar a avaliação como “meio auxiliar do processo de aprender, que acompanha o desenvolvimento e o crescimento do aluno, no sentido de avanços que devem ser feitos na direção de padrões que ele precisa ultrapassar para vencer etapas no percurso de sua vida escolar” (LORENZONI, 1989, p. 5). O que se busca então é um equilíbrio em que a avaliação consiga superar as expectativas de todos os envolvidos no processo, sem deixar que o

princípio da educação seja esquecido, ou seja, promover o processo de cidadania do ser.

1.2 A democratização da educação e sua repercussão no processo de avaliação escolar

Prevista na Constituição Federal de 1988, a gestão democrática do ensino passa a ser uma maneira priorizada de gestão escolar. De acordo com Müller (2001, p.7), a gestão escolar pode ser autoritária, onde se centraliza o poder nas decisões de poucos e a grande parte dos membros envolvidos no sistema escolar apenas cumprem o que foi decidido por uma ou poucas pessoas, ou democrática, e nesta o diálogo, a discussão de propostas e decisões referentes à educação são tomadas pelo grande grupo.

Dessa forma, falar sobre avaliação em situações em que a gestão democrática está sendo exercida na instituição difere-se da situação de uma escola onde a gestão seja autoritária. Pois, se por um lado a escola, enquanto gestão democrática, valoriza e dá crédito às opiniões de todos os membros do processo de ensino-aprendizagem, estes, por sua vez, elaboram e participam de avaliações democraticamente organizadas, por outro, se na escola prevalece a gestão autoritária, partindo-se hierarquicamente e, por que não dizer monarquicamente as decisões sobre a gestão da escola, a avaliação será tomada pelos membros envolvidos nela como mais uma norma a ser cumprida de um processo no qual a opinião do grupo não importa e não é valorizada.

Assim, os processos avaliativos, tanto no que diz respeito ao aprendizado do aluno quanto à avaliação da instituição escolar deve ser levado em consideração a forma de gestão privilegiada na escola. É importante frisar nesse momento que em uma escola em que a gestão democrática é praticada, a avaliação do aluno deixa de ser uma obrigação penosa e passa a ser uma atividade diagnóstica na qual esses alunos, juntamente com seus professores e gestores farão uma análise crítica dos resultados e promoverão maneiras de solucionar os problemas detectados, a fim de garantir a eficácia no processo de ensino-aprendizagem.

Abordar características peculiares da gestão democrática a fim de compreender como ela funciona e relacioná-la ao sistema de avaliação atual, torna-se nesse momento pertinente. Desde 1988 a gestão democrática tem sido questionada por diversos autores, tais como Barroso (1996), Gadotti (2003) e Freire (1996), em busca de uma maneira equilibrada e de um contraponto entre a gestão autoritária e a gestão democrática. Segundo Aredes (2002, p. 56), um dos elementos que atuam em defesa da gestão democrática é a criação de hábitos

democráticos que precisam ser vivenciados pelas pessoas que estão ligadas direta ou indiretamente à escola. Assim, como seria possível, em uma instituição em que há anos a gestão é autoritária e os membros da escola apresentam um comodismo diante desta situação, uma gestão democrática se, os principais envolvidos não possuem hábitos democráticos, e logo não vivenciam a democracia? Principalmente no que diz respeito ao gestor da escola é importante que este mantenha um olhar crítico e democrático à sua gestão e a todas as atividades relacionadas a ela. O gestor em educação desempenha um papel fundamental para com a democratização da educação, pois é ele que dará espaço ao diálogo e à valorização das opiniões de todos os membros a fim de contemplar resultados melhores com relação ao ensino e ao aprendizado dos alunos.

Outra questão importante relacionada à gestão democrática é que, a partir do momento que os indivíduos são preparados para vivenciar a democracia dentro da escola, esses avançam na conquista da cidadania, pois, à medida que tomam decisões em conjunto, percebem seus direitos e deveres, aprendendo a respeitar limites e conviver com ideias divergentes (BORQUETTI, 2000, p.115).

No entanto, há muitas dificuldades até que se alcance a gestão democrática, por se tratar de ações para e com seres humanos, os quais estão em constante transformação, não é possível criar uma gestão democrática estática, essa deve ocorrer todos os dias, buscando adequações de acordo com a realidade local. Logo, gestão democrática exige um processo inacabado “suas exigências são mutáveis e não se esgotam, porque envolve seres humanos inconclusos” (FREIRE, 1996, p. 25).

É necessário ainda lembrar que a escola a qual se almeja uma gestão democrática, em que os membros participem efetivamente, buscando cumprir seu papel de cidadãos, o gestor deve dar o exemplo deixando claro que as tomadas de decisões e que a participação no processo educativo é da co-responsabilidade de todos e tem sentido quando existe a presença ativa de todos os interessados no processo de tomada de decisões. Então, os membros da escola além de exercerem sua cidadania precisam ter consciência do real sentido da palavra autonomia e participação coletiva.

Gadotti (2003, p. 36) lembra que a autonomia e a participação do coletivo escolar não se limitam a mera declaração de princípios consignados em algum documento: “sua presença precisa ser sentida no conselho da escola ou colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização escolares, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. Não basta apenas assistir às reuniões”. O autor chama a atenção para o fato de que o processo de democratização do ensino não é automático, pois as pessoas das

instituições escolares estão acostumadas ao método autoritário e tendem a esperar as decisões prontas, julgando que técnicos e demais capacitados no planejamento precisam liderar e dominar a atividade política no campo educacional.

Como mencionado acima, a questão de autonomia liga-se automaticamente a expressão democracia, pois, se o sujeito está inserido num processo democrático de tomada de decisões esse, por sua vez, precisa desempenhar um papel de autonomia para que a sua opinião se faça valer enquanto membro efetivo do processo de gestão escolar. Para Barroso (1996, p. 17), o conceito de autonomia está etimologicamente relacionado à ideia de auto-governo, ou seja, à faculdade que os indivíduos têm de se regerem por regras próprias, expressa na capacidade de decisão.

Então, com atitude autônoma, de cidadania e participação coletiva, almejando uma gestão democrática com todos e para todos, a comunidade escolar (pais, professores, alunos, funcionários e direção) superará as marcas traumáticas da gestão autoritária e irá construir um processo de democratização, visando o bem comum e priorizando a qualidade de educação.

Enfim, para que se construa uma gestão democrática é de extrema importância que todos os membros envolvidos adotem uma atitude de desconforto e busque mudanças tanto na forma de se fazer gestão quanto na maneira de pensar sobre a educação. É por meio da gestão democrática que os indivíduos avançam na conquista de sua cidadania e é com cidadãos atuantes no processo de tomada de decisão que a escola atual assumirá um papel renomado perante a sociedade e ao próprio governo.

1.3 A avaliação externa da instituição escolar e sua repercussão no processo de ensino-aprendizagem

É necessário que se faça uma breve discussão sobre como e porque do surgimento das avaliações externas das instituições no Brasil. O Sistema de Educação Básica (Saeb) divide-se em dois processos de avaliação conforme a Portaria n.º 931 de 21 de março de 2005 (disponível em <http://portal.inep.gov.br/Saeb>) a qual estabelece, de acordo com o foco de cada avaliação. Para avaliar a educação básica do País foi criada o (Aneb) o qual é divulgado como (Saeb), pois os dois mantêm as mesmas características de avaliar cada unidade federativa para classificá-las. E para verificar o rendimento escolar das instituições, com uma

visão mais detalhada, pois é feita em cada município do País foi criado o Anresc que em caráter de divulgação é denominado Provinha Brasil.

Através de avaliações externas da instituição escolar o governo pretende analisar e classificar a qualidade de ensino das escolas como forma de liberar recursos. Segundo Sousa, o Saeb é definido como um sistema de “monitoramento contínuo capaz de subsidiar as políticas educacionais com a finalidade de reverter o quadro de baixa qualidade e produtividade do ensino” (SOUSA, 2003, p. 179). Provas como a Provinha Brasil tornaram-se, em vez de um método de avaliar e diagnosticar a qualidade do ensino revertendo em melhorias, um instrumento de limitação para o processo de ensino-aprendizagem, pois a maioria das escolas brasileiras passa os duzentos dias letivos “preparando” os alunos para responder a “Provinha Brasil” e deixa de lado todo o processo pedagógico de aprendizagem e preparação para a cidadania.

Entende-se que isso ocorre porque a Provinha Brasil tem questões delimitadas demais e seguem um modelo padrão para o país todo, não conseguindo atingir questões peculiares de cada cidade e região, pois as diferenças sociais, culturais e locais são inúmeras e não são contempladas nessa avaliação. O que acaba acontecendo é a volta de mecanicidade do aprender. Está se preparando “robôs” para obterem boas notas e consequentemente converter em recursos para a escola, pois de acordo com a nota do Saeb é que os recursos são destinados aos municípios e escolas.

Está se correndo o risco de transformar escola em produção em massa, ou seja, o oposto do que se pretende com a educação, que é formar cidadãos críticos e pensantes, capazes de sobreviver nesta selva capitalista.

CAPÍTULO 2

2 A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DOS GESTORES ESCOLARES

A partir das discussões sobre avaliação e das inúmeras possibilidades que surgem ao abordar o tema, esse estudo foi desenvolvido em uma escola da rede municipal de Ibirapuitã/RS. A fim de garantir as dimensões éticas da pesquisa e o sigilo do nome da escola e dos participantes da pesquisa, denominou-se a escola participante do estudo de Escola A e os envolvidos na pesquisa do seguinte modo: o diretor dessa escola de Diretor 1, o Professor do 5º ano do Ensino Fundamental de Professor B e cinco dos pais dos alunos do 5º ano denominados Pai 1, Pai 2, Pai 3, Pai 4 e Pai 5.

As questões direcionadas a esses participantes da pesquisa buscam, de uma forma simples e linguagem clara, conhecer os métodos de avaliação e o comprometimento desses para com o aprendizado do aluno, para sistematizar os métodos de avaliação realizados na escola e compará-los com a metodologia de avaliação existente para com as instituições escolares elaboradas pelo governo que as regem.

Os participantes da pesquisa ao serem questionados sobre o que representa o aprendizado no contexto escolar tanto pais, diretor e professor fizeram referência à nota e ao valor que esta representa. O professor B ao ser questionado sobre se as notas bimestrais ou trimestrais são usadas como diagnóstico de aprendizagem ou se apenas classificatórias admite que exige uma cobrança do sistema com relação a notas e que é difícil diagnosticar o aprendizado no aluno sem que um número represente este aprendizado. Essa consideração pode ser observada na fala a seguir:

[...] como o sistema exige uma nota, precisamos do número, mas também, diagnosticar possíveis problemas e buscar outras soluções para que o aluno aprenda. Mas precisamos da nota e da avaliação tradicional, pois muitas vezes junto com os demais parecem que todos sabem e entendem, mas no momento da avaliação não é bem assim. (PROFESSOR B)

É possível observar que o professor, quando questionado sobre de que maneira as provas são usadas para diagnosticar a aprendizagem, transparece um pouco de insegurança ao

que e como se avalia, ora estabelece a avaliação como exigência do sistema, ora para diagnosticar problemas e finaliza como uma visão tradicional da avaliação, a qual estabelece tudo o que o aluno sabe sendo representado por uma prova. Dessa forma, o professor deixa a culpa recair sobre o sistema, que, de certa forma, trava o processo de ensino-aprendizagem, limitando o conhecimento a apenas notas e resultados, deixando de contemplar a avaliação como um processo de aquisição de conhecimento. Compreende-se que tanto professor como a escola falham quando consideram o processo de avaliação único e exclusivo para se “dar” notas.

Também sobre o assunto de obter nota para avaliar conhecimento, três dos pais questionados sobre a maneira de como seu filho é avaliado na escola e se ele está aprendendo ou não, responderam que se baseiam nas notas trimestrais e pelas provas do filho. O Pai 3 comenta: “eu sei como meu filho é avaliado através das provas. O aprendizado é avaliado através de provas” (PAI 3).

Nesse sentido, o pai 2 diz: “sempre que tem entrega dos boletins vou até a escola e observo as notas. Se ele [filho] está na média é porque está aprendendo” (PAI 2). Ainda quando questionados sobre o funcionamento das avaliações e a nota mínima para aprovação de seus filhos, quatro dos cinco pais responderam que a nota mínima para a aprovação é 7,0 e que as avaliações funcionam através de provas e trabalhos, mas confessaram que não acompanham a fundo esta questão, como exposto na seguinte fala: “sei que a nota para aprovação é 7,0 e que os alunos são avaliados através de provas e trabalhos, mas não sei muito bem como funciona, o que sei é que quando não precisa realizar recuperação (paralela) é porque alcançou à média” (PAI 1). Um outro pai (PAI 3) questionado sobre a média para a aprovação respondeu que na escola era 6,0. Questionada a diretora da escola sobre essa confusão do pai sobre a média trimestral se descobriu que há quase sete anos a média mínima para aprovação passou de 6 (seis) para 7(sete), inclusive em reunião com toda a comunidade escolar se obteve a decisão sobre a nova média de notas dos alunos.

O pouco interesse mostrado pelo pai ao dizer não saber realmente como funciona os métodos de avaliação da escola, e de um pai nem saber ao certo qual é a média mínima para a aprovação do filho, mostra o distanciamento desses pais aos fatos escolares de seus filhos. Segundo Varela e Santos (2007, p. 2), ao avaliar, o professor deve utilizar técnicas diversas e instrumentos variados, para que se possa diagnosticar o começo, o durante e o fim de todo o processo avaliativo, para que a partir de então possa progredir no processo didático e retomar o que foi insatisfatório para o processo de aprendizagem dos educandos.

Então, se avaliar consiste em diversificar técnicas e buscar maneiras diferentes de

avaliar o progresso do aluno, um ensino não é satisfatório quando busca em provas tradicionais o único instrumento possível de avaliar o conhecimento. Outra questão direcionada ao professor é sobre a existência de conselho de classe em sua escola e este respondeu que por se tratar de uma escola pequena e os professores sempre estarem se encontrando sobre as turmas e os alunos e nos conselhos de classes o diálogo fica bem mais facilitado, pois já sabem os pontos para discussão e buscam coletivamente soluções para os problemas em questão. Mas o conselho de classe não acontece propriamente dito, é possível observar uma desorganização nas questões relacionadas à parte pedagógica da escola, pois “quando se encontram vão comentando e solucionando os problemas”, é certo que em uma organização dentro de uma instituição educacional não se é possível admitir que os problemas pedagógicos e educacionais sejam resolvidos nos “corredores” da escola em conversa informal com professores. Como foi dito, o processo de educação é complexo por se tratar de uma ação para com seres humanos, e esses estão em constante transformação diariamente, não será possível avaliar o conhecimento adquirido ao longo de todas as aulas em uma simples prova, que mesmo bem elaborada, não conseguirá abordar todos os aspectos discutidos e vivenciados nas aulas. Segundo o professor B, quando questionado sobre a maneira que o aluno é avaliado, o aprendizado não é intacto e existe uma construção diária e paciente do aprendizado.

O conhecimento do aluno é avaliado diariamente através da participação, comprometimento, responsabilidade, comportamento, opinião a respeito do que é trabalho levando em conta sua bagagem cultural e, é claro através de uma prova ao término de cada conteúdo, pois sempre tem aqueles que levam a coisa na brincadeira. (PROFESSOR B)

Observa-se que mesmo tentando observar o aluno como um todo o professor não consegue se desfazer da prova tradicional, mais como objeto de punição do que uma real avaliação do aprendizado do aluno. Segundo Luckesi (2002, p.94), a avaliação deve envolver um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto exigindo decisão do que fazer com ele. Dessa forma, não basta detectar que um determinado aluno obteve determinada nota, visto que essa questão é bem mais complexa, pois a maioria dos pais entrevistados responderam que se preocupam com a vida escolar do filho no momento em que estes ficam com média inferior à mínima ou quando o diretor o convoca para comparecer até a escola.

Então, se o aluno/filho tiver um outro problema mas este não afetar as notas, o pai não ficará sabendo, pois não acompanha os acontecimentos escolares como ator e co-responsável,

assumindo mais uma vez o papel de telespectador, correndo o risco de assistir inerte ao fracasso do próprio filho.

Assim, a avaliação vai muito além do momento de deliberar notas, o educador deve partir da nota do aluno para entender como o aprendizado foi adquirido e quais são as falhas tanto no seu trabalho docente quanto no papel do aluno enquanto aprendiz. E quando questionado sobre a prova Brasil e de que forma prepara seu aluno para esse tipo de avaliação, o professor B respondeu que tenta sempre estar se informando sobre a avaliação externa e que inclusive trabalha questões em sala de aula, as quais já foram aplicadas em provas anteriores. Isso pode ser observado a seguir: “acredito que se eles conseguem resolver essas questões, quando for a vez deles resolverem a Provinha Brasil, saberão também, pois tenho observado que o estilo das provas seguem o mesmo padrão”. O aluno infelizmente continua sendo tratado como um objeto mecânico que consegue repetir ações e não como um ser pensante, capaz de criar maneiras de resolver situações problemas de acordo com o conhecimento adquirido.

Já o diretor quando questionado sobre o conselho de classe respondeu que é um espaço para os professores buscarem soluções para os problemas relacionados ao aprendizado do aluno e na questão realizada ao diretor sobre a utilização das avaliações como diagnóstico respondeu que os conselhos de classe são realizados após o término do trimestre propositalmente para utilizar as avaliações como instrumento de diagnóstico e levantar hipóteses de solução para os problemas, e que tanto as notas quanto os conselhos de classes são organizados trimestralmente.

De acordo com uma pesquisa da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), o Brasil ocupa, no ranking mundial de educação o 23º lugar em 2007. Em 2012 o lugar corre o risco de pior em uma lista de 30 países escolhidos a dedo de acordo com a representatividade regional e a disponibilidade de dados. A pesquisa diz que não significa que a educação no Brasil tende a pior, mas que não existe uma perspectiva de evolução comparado aos demais países (JORNAL.US.NEWS SERVICE, 2010).

A avaliação diagnóstica da instituição escolar é um instrumento recomendado pela Resolução CNE/CBE n. 07/2010 que dispõe sobre as novas diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental de 9 anos.

Art. 35 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo custo aluno-qualidade inicial (CAQi), consideradas inclusive

as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as escolas de tempo integral. (BRASIL, 2010, p. 10)

Entende-se que a avaliação nada mais é do que a leitura da realidade daquele momento histórico da escola visando traçar rumos para o planejamento da gestão de um próximo ano letivo, visando a superação dos problemas detectados e o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizado. Nesse sentido, ao questionar o Professor B sobre o suporte que a direção da escola dá ao professor no momento da avaliação, esse respondeu que existe um suporte na maioria das vezes, principalmente quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem.

Na maioria das vezes existe um suporte na escola no que diz respeito ao aprendizado do aluno. Quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, eu encaminho até o diretor e este chama os pais e me orienta para trabalho extraclasse, a fim de melhorar seu rendimento escolar. (PROFESSOR B)

Nesse sentido pode-se observar coerência entre a resposta do professor comparada a um questionamento feito aos pais. Direcionado aos pais a pergunta sobre o rendimento baixo na nota de seus filhos, todos responderam que quando seus filhos não apresentam bons resultados na escola, o diretor e o professor o chamam na escola para discutir possíveis motivos e elaborar estratégias de recuperação. Aqui se pode observar mais um problema no que diz respeito ao aprendizado do aluno, pois o professor afirma que o diretor, juntamente com os pais, decidem a melhor maneira de solucionar um possível problema com o aluno e o diretor orienta o professor como deve proceder no seu trabalho. Como é possível o professor e o aluno não fazerem parte da tomada de decisão sobre sua própria aula e seu próprio conhecimento? Imagina-se que professor e aluno conseguiram, juntamente com os pais e diretor, buscar uma alternativa para a solução mais rápida e eficaz do problema, participando ativamente e não serem tratados como objetos.

Sempre que meu filho não está bem ou apresenta alguma dificuldade no aprendizado, a diretora manda um bilhete para que eu vá até a escola para conversar. Uma vez fui até a escola e dei a sugestão de uma aula diferenciada, pois meu filho é disléxico e o neurologista me deu algumas sugestões. A direção da escola e professores, desde então, desenvolvem atividades, a fim de incluir meu filho. Eu estou muito satisfeito. (PAI 5)

Esse pai foi o único que demonstrou maior interesse e envolvimento com as atividades

escolares do seu filho, inclusive participa como voluntário das atividades da escola, como pode ser observado na seguinte fala: “sempre estou na escola, inclusive sou voluntário quando precisam de ajuda” (PAI 5). Pode-se observar na fala desse pai que participar traduz-se em apenas estar presente ou ir até a escola quando chamado pela professora. Infelizmente, o sentido de participação que a escola busca no processo de ensino-aprendizagem não se esgota apenas em “estar presente”. Quando se fala em participação da comunidade escolar na ação pedagógica, o que se quer é que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem sejam autores e que suas ações contemplem e qualifiquem o aprendizado do aluno, priorizando a sua formação enquanto cidadão ativo em uma sociedade em mudanças.

Quando se trata de gestão democrática da educação é necessário que haja um comprometimento concreto e coerente de todas as partes envolvidas para com o processo de ensino-aprendizagem. Mesmo se tratando de uma escola relativamente pequena e que o acesso de diálogo entre pais, professores e direção sejam acessíveis, pois todos convivem próximos e existe um acesso fácil até o local da escola, o que se observa é que ainda há um grande distanciamento entre a filosofia da escola adotada pelos professores da escola e direção e o comprometimento dos pais com o aprendizado de seus filhos.

Conseqüentemente este distanciamento dos pais com relação à avaliação dos filhos e a busca dos professores por uma nota no aprendizado dos alunos refletem na avaliação externa da instituição, pois o professor e diretor questionado mostram que existe uma preocupação com relação a avaliação externa, procuram se preparar para essas avaliações, mas sentem falta do comprometimento dos pais com a educação dos filhos. Na maioria das respostas dos pais ao questionário é possível perceber uma grande falta de comprometimento para com a educação dos filhos. Deixam que a escola resolva o que deve ou não deve fazer, assim ficam absoltivos de culpas já que quem toma as decisões é a escola, essa fica com a culpa ou o mérito, mas isso parece ser indiferente para os pais. De acordo com o diretor A quando questionado se ele acredita que sua escola está preparada para a avaliação da Provinha Brasil e do Saeb, o diretor 1 demonstra confiança:

Acredito que os alunos estão preparados, pois a maioria dos professores trabalha de forma dinâmica, comprometida com a educação, com isso acho que os alunos têm condições de fazer a avaliação e a maioria de desempenhar um bom resultado e classificação. (DIRETOR 1)

No entanto, no final do questionário o diretor comenta uma inquietação com relação a determinadas avaliações de alguns professores, provavelmente os que não fazem parte da

maioria citada à cima.

Penso que está na hora de repensar a avaliação em nossas escolas, pois alguns professores 'cobra' tal e qual está lá no caderno, é só 'decorar', o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende. Algumas horas depois da prova já esqueceu tudo, porque não houve aprendizado algum. (DIRETOR 1)

Há uma contradição na resposta do diretor, pois esse não apresenta uma plena confiabilidade no trabalho de sua equipe e isso reflete em prejuízo para o aprendizado do aluno, o qual não está sendo contemplado com um ensino de qualidade.

Ao analisar os questionários foi possível perceber que o aluno não é tratado como ator de seu aprendizado e nem a escola é totalmente considerada local para buscar novas oportunidades e garantir o acesso ao conhecimento para a construção da cidadania. Os pais veem a escola muito distanciada e não se consideram co-responsáveis pelos acontecimentos escolares, o que pode ser confirmado através da seguinte fala: “sempre que o professor me chama vou até a escola saber o que aconteceu” (PAI 3). Os pais esperam ser chamados, não acompanham o desempenho diário dos filhos, as dificuldades e os progressos como se isso fosse desnecessário. Então, se o filho teve alguma dificuldade, mas não afetou as notas, esse pai jamais virá a saber, pois a preocupação é apenas com notas e recuperação.

Aos professores também não resta muitas atitudes, pois se percebe que cumpre ordens e sua autonomia é bastante restrita: “Quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, eu encaminho até o diretor e este chama os pais e me orienta para trabalho extraclasse, a fim de melhorar seu rendimento escolar” (PROFESSOR B). Diante dessa fala, questiona-se: onde fica a autonomia do professor? Que local se encontra o aluno e os pais como sujeitos atores do processo de ensino-aprendizagem? É necessário repensar o papel de cada membro da comunidade escolar como sujeitos co-responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem e formação de cidadão.

A conclusão desse trabalho não propriamente sinônimo de finalização, pois essa investigação despertou uma inquietação referente ao papel do docente e do gestor com relação ao aprendizado do aluno. Segundo Perrenoud (1999, p. 50), “a avaliação da aprendizagem no novo paradigma é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos”. Se é assim, a busca de uma avaliação que contemple um aluno como um todo e valorize sua bagagem social e cultural, é necessário que se distancie da avaliação classificatória e se busque, com todos os membros da

comunidade escolar, metodologias e objetos de avaliação os quais valorizem esses aspectos no educando e no seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o trabalho, o qual buscou uma compreensão melhor sobre a realidade da avaliação escolar e o papel do gestor diante desse processo, percebe-se que existe uma inquietação referente à avaliação do aprendizado, pois não há um diálogo claro entre os membros da comunidade escolar e não há uma uniformidade na busca por resultados. Os pais contentam-se com notas; os professores almejam resultados e diretores satisfazem-se com uma visão positiva de sua instituição. É importante observar que cada uma dessas questões é importante para a avaliação e não podem acontecer separadamente. Para que o processo de ensino-aprendizagem seja consumado com sucesso é necessário que as notas apresentadas pelos alunos sejam representadas a partir do conhecimento que esses adquiriram durante as aulas, de forma que não se esgotem como meros objetos de avaliar, mas que passem a fazer parte da vida desses alunos e que isso sirva para a construção de sua real cidadania.

Enfim, avaliar é muito complexo, principalmente quando não se sabe o que ou para quem se avalia, parte-se do pressuposto que hoje as instituições de ensino buscam a formação do aluno como um todo, então é urgente que novos métodos de avaliar sejam adotados, pois o aluno do século XXI difere-se com relevância do aluno do século passado, é de fundamental importância que o gestor escolar esteja atento para esse processo de avaliação, pois é dele que partem a iniciativa de tomadas de decisões e da abertura do diálogo para com os outros, se o gestor não manter uma preocupação democrática para com o processo de ensino-aprendizagem será difícil que essas iniciativas partam para os demais membros.

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja consumado com sucesso é necessário que as notas deixem de exercer um papel fundamental nesse processo e não roubem o tempo, nem as preocupações de educadores, pais e educandos. Esses devem buscar a contemplação de tudo o que se aprende na escola e projetar como um crescimento social do educando, já que da escola não se quer apenas os resultados para uma conferência de relatórios e sim manter uma ação criadora dos atores, partindo da realidade da escola e das práticas que valorizem o aluno como um todo e não como um telespectador, no aguardo do relatório final.

Dessa forma, concluo este trabalho mais consciente sobre a importância do papel do gestor e sobre a relevância de manter uma instituição escolar com atitudes democráticas, as quais promovem o diálogo entre todos e priorizam a educação como um processo único e

indispensável.

REFERÊNCIAS

AREDES, A. P. J. As políticas públicas que originaram as instâncias pró-democráticas de participação no Estado de São Paulo. **Org & Demo**, n.3, Marília, p. 77-88, 2002.

BARROSO, J. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1996.

BORBA, M. C. Livro didático e as novas tecnologias de ensino: o conhecimento que se transforma com uma nova mídia. In: BICUDO, M. A. V.; JUNIOR, C. A. da S. (Orgs.). **Formação do educador e avaliação educacional**. São Paulo: Fundação Unesp Editora, 1999.

BORQUETTI, R. de C. T. **A municipalização das Escolas de Ensino Fundamental de Marília (EMEFs)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

CANDAU, V. M. F. **Rumo a uma Nova Didática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

COUTINHO, C. P. **Estudo de Caso**, artigo publicado em janeiro de 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003- (coleções questões da Nossa Época; v.24).

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

GIACOMINI FILHO, G. **Consumidor versus propaganda**. São Paulo: Summus, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍZIO TEIXEIRA. **O que é o Saeb**. Disponível em [http:// portal.inep.gov.br/Saeb](http://portal.inep.gov.br/Saeb): acessado em 6 de novembro de 2011.

JORNAL.US NEWS SERVICE. **Brasil entre últimos no ranking mundial em educação**. Disponível em <http://WWW.jornal.us. article-3469.Brasil-entre-os-ultimos-em-ranking-mundial-em-educacao.html>. Publicado em dez 2010: acessado em 15 de jun de 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LORENZONI, L. M. Considerações sobre avaliação do ensino-aprendizagem. **Educação**, Porto Alegre, Sulina, n. 12, 1989.

LUCKESI, C. C. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino? In: **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 2. ed., 1995.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜLLER, A. **Avaliação institucional da gestão escolar na escola pública**: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: Cortez, 2001.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: Nóvoa, A. (Org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1995.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens**: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PINTO, J. **Teorias e Práticas de Avaliação: entre o passado e o Presente, que Perspectiva para o futuro**. Disponível em [http: WWW.dren.min-edu.pt.infeefalvale_ler_ficheiros.33_avalizando.doc.com](http://WWW.dren.min-edu.pt.infeefalvale_ler_ficheiros.33_avalizando.doc.com) Acesso em 15 de mai 2011.

_____. **Teorias e práticas de avaliação: entre o passado e o presente, que perspectivas para o futuro**, J Pinto - Adaptação livre de um texto de Jean Cardinet. Paris: 1994 - dren.min-edu.pt.

SANTOS, C. R. **Gestor Educacional de uma escola em mudança**. Thomson Pioneira, 2002.

SANTOS, M. R. da; VARELA, S. A avaliação como instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**, Ano I, ago.dez., 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo:Cortez,1984

SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 175-190, julho 2003.

APÊNDICES

Apêndice A - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Aspectos relevantes na Avaliação Escolar

Especializanda: Vanderléia Nunes Cardoso

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito avaliar os métodos avaliativos da instituição de ensino a fim de conhecer os diferentes modos que acontecem a avaliação do aprendizado e da escola.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para conhecer a realidade da escola Leonel de Moura Brizola da cidade de Ibirapuitã/RS, sobretudo de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, a partir da abordagem sobre o modo que os alunos são avaliados.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome Fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefone para contato: _____

II – A AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

1 - De que maneira é feita a avaliação do rendimento escolar dos alunos de sua escola?

2 - Você acompanha os resultados das avaliações?

3 - As notas bimestrais (trimestrais) são usadas com diagnóstico de aprendizagem ou apenas classificatórias? Explique.

4 - Existe conselho de classe a fim de avaliar os possíveis fracassos e sucessos de aprendizagem dos alunos? Comente.

5 - Já que a Provinha Brasil e o Saeb têm o poder de avaliar o aprendizado e classificar a escola dentro de um ranking mundial, você acredita que a sua escola está preparada para esse tipo de avaliação? Por quê?

Comentários e sugestões:

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO

Apêndice B - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Aspectos relevantes na Avaliação Escolar

Especializanda: Vanderléia Nunes Cardoso

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito avaliar os métodos avaliativos da instituição de ensino a fim de conhecer os diferentes modos que acontecem a avaliação do aprendizado e da escola.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para conhecer a realidade da escola Leonel de Moura Brizola da cidade de Ibirapuitã/RS, sobretudo de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, a partir da abordagem sobre o modo que os alunos são avaliados.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome Fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefone para contato: _____

II – A AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

1 - Você acompanha a vida escolar de seu filho? De que maneira?

2 - Você sabe como avaliado o aprendizado de seu filho? Como você sabe se ele está aprendendo ou não?

3 - Há reuniões na escola no final do trimestre a fim de discutir sobre as notas obtidas pelos alunos? Você participa das reuniões? Comente.

4 - Quando seu filho obtém notas baixas, você é chamada na escola? Se não foi chamado, você vai até a escola para saber os motivos? Justifique.

5 - Você sabe qual é a nota mínima para passar sem recuperação? Como funciona o processo de recuperação e exame na escola de seu filho?

6 - Na escola de seu filho as médias são obtidas bimestral ou trimestralmente?

Comentários e sugestões:

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO

Apêndice C - Aspectos relevantes na Avaliação Escolar 3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Aspectos relevantes na Avaliação Escolar

Especializanda: Vanderléia Nunes Cardoso

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito avaliar os métodos avaliativos da instituição de ensino a fim de conhecer os diferentes modos que acontecem a avaliação do aprendizado e da escola.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para conhecer a realidade da escola Leonel de Moura Brizola da cidade de Ibirapuitã/RS, sobretudo de uma turma do 5º ano do ensino fundamental, a partir da abordagem sobre o modo que os alunos são avaliados.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome Fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefone para contato: _____

II – A AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

1 - De que maneira o seu aluno é avaliado de acordo com o aprendizado?

2 - A direção da escola dá suporte e acompanha o professor no processo de avaliação dos alunos? Comente.

3 - Você dá nota para os alunos a fim de classificar ou com a intenção de diagnosticar possíveis problemas e buscar soluções?

4 - Existe conselho de classe na sua escola? Como funciona?

5 - Você prepara os seus alunos para avaliações externas, como, por exemplo, prova Brasil?

Comentários e sugestões:

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO

Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Como pós-graduanda do Curso de Especialização em Gestão Educacional à distância na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estou desenvolvendo a pesquisa “Aspectos relevantes na avaliação escolar”, sob a coordenação da Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim.

O referido trabalho tem como objetivo conhecer as maneiras de avaliar o processo de ensino-aprendizagem no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola da cidade de Ibirapuitã/RS.

Para tanto, eu, **Vanderléia Nunes Cardoso**, pesquisadora responsável, comprometo-me em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (54) 91083523 ou por e-mail vandyguedes@hotmail.com

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as dúvidas, espero a devida permissão do (a)

_____.

Em caso positivo, solicito a utilização das falas do (a) senhor(a) acima citado, sem identificação do nome, apenas com nome fictício, na monografia de conclusão de curso e publicações associadas. Então, cientes do escrito acima, assinam as pessoas envolvidas:

Pesquisadora: Vanderléia Nunes Cardoso

Participante (entrevistado): _____

Tio Hugo, de julho de 2011.